

MUNIZ, Antônio

*dep. fed. BA 1912-1915; gov. BA 1916-1919; sen. BA 1921-1930.

Antônio Ferrão Muniz de Aragão, conhecido como *Antônio Muniz*, nasceu no dia 30 de maio de 1875 em Salvador, filho do vice-almirante Francisco Muniz de Aragão e de Laurinda Augusta Freire Muniz. Seu pai também atuou na política nos primeiros anos da República. Seu primo Antônio Muniz Sodré de Aragão, conhecido como Muniz Sodré, foi deputado federal de 1912 a 1920, senador de 1920 a 1927 e novamente deputado federal em 1930.

Oriundo de tradicional família baiana, ingressou em 1892 na Faculdade de Direito da Bahia, graduando-se em 1896. Ainda estudante, começou a colaborar em jornais, especialmente na *Gazeta de Notícias* e no *Correio do Brasil*, dos quais foi redator, e no *O Norte* e *Gazeta do Povo*, de que foi redator-chefe. Iniciou-se no serviço público em 1895 como primeiro oficial da secretaria da Assembleia estadual, cargo no qual se aposentaria dez anos depois. Foi também professor da Escola Politécnica da Bahia, lecionando economia política.

Em 1909 foi eleito deputado estadual na Bahia pela primeira vez, pelo 1º distrito (Salvador). Desde o início de sua atuação política, esteve ligado ao grupo de José Joaquim Seabra, ao qual também estava vinculado seu pai. Na Assembleia estadual, atuou como porta-voz do seabrismo, defendendo a candidatura do marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910, contra a candidatura de Rui Barbosa. Com a vitória do marechal Hermes, os seabristas fortalecidos articularam a fundação do Partido Democrata, de cuja comissão executiva fez parte, inicialmente como secretário e depois, como vice-presidente. Em 1912, com a ascensão de J. J. Seabra ao governo da Bahia (1912-1916), elegeu-se deputado federal para a legislatura 1912-1914 e foi reeleito em 1915.

Após consolidar seu poder e desarticular a oposição, o governador J. J. Seabra precisava indicar um sucessor para assumir o governo baiano. Sua preferência recaía no deputado Antônio Muniz, considerado um de seus mais fiéis aliados. A escolha desagradou a outras

correntes da política estadual, desejosas de indicar o candidato. Ao ser consultado, Rui Barbosa considerou “ridículo” o partido governista não ter outro nome para apresentar e, ante a confirmação da candidatura de Antônio Muniz, rompeu com Seabra. Otávio Mangabeira, até então seabrista, renunciou à liderança da bancada na Câmara dos Deputados, sendo substituído por Antônio Muniz. Devido à força política de Seabra, a convenção homologou o nome do candidato por ele escolhido. Conflitos políticos marcariam, porém, o governo do sucessor.

Antônio Muniz assumiu o governo do estado no dia 29 de março de 1916. Seu mandato (1916-1920) coincidiu com o aprofundamento da crise econômica vivida pela Bahia em decorrência da Primeira Guerra Mundial. A dificuldade de exportar cacau e fumo para a Alemanha debilitou mais ainda a frágil economia baiana, provocando aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade. O descontentamento da população desencadeou movimentos populares contra a carestia, cobrando providências do governador. Em 1917, mas principalmente em 1919, Salvador foi abalada por uma onda de greves. No interior, o governador também enfrentou forte oposição. Sem a habilidade política e o carisma de seu antecessor, tentou submeter os coronéis à sua autoridade através de intervenções armadas que, malsucedidas, lhe angariaram poderosos inimigos.

Ao fim do governo, como esperado, Antônio Muniz indicou como sucessor J. J. Seabra. A oposição, reforçada pela adesão de ex-seabristas, e organizada sob a liderança de Rui Barbosa, lançou o nome do juiz federal Paulo Fontes. Em meio à disputa eleitoral, um movimento armado de coronéis contra o governo estadual, estimulado por oposicionistas, provocou pânico no estado. A expectativa era de que a chamada Reação Sertaneja, como o movimento ficou conhecido, provocasse uma intervenção federal na Bahia, única maneira de impedir a posse do candidato governista. O presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou a intervenção, mas, ao contrário do que esperava a oposição, ela foi a favor do governador, para ajudá-lo a manter a ordem. Em decorrência, Antônio Muniz pôde transmitir o governo a Seabra, chefe do seu grupo político, que governou a Bahia por mais quatro anos, até 1924, quando, confrontando-se com o então presidente Artur Bernardes

(1922-1926), entrou em declínio político.

Após deixar o governo, Antônio Muniz foi eleito senador em 1921 na vaga de Seabra, exercendo o mandato até março de 1930, quando o seabrismo já não gozava de prestígio político. No entanto, Antônio Muniz foi um dos poucos a se manter fiel a Seabra até o fim. No Senado, passou a fazer oposição aos governos estadual e federal. Em 1930 candidatou-se a deputado federal, mas não conseguiu se eleger, passando a dedicar-se apenas ao jornalismo no Rio de Janeiro. Nomeado para a 5ª Pretoria do Distrito Federal em dezembro de 1930, ali permaneceu por curto tempo, vindo a falecer no dia 6 de janeiro de 1931.

Além de político e advogado, foi professor e jornalista, e um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia. Sua obra mais importante é o livro *A Bahia e seus governadores na República*, relevante estudo histórico dos primeiros tempos republicanos no estado, publicado em 1923. Produziu também as seguintes obras: *Direito constitucional brasileiro* (1914), *Discurso no V Congresso Brasileiro de Geografia*, *Elementos da matemática*, *Impedimentos matrimoniais* (prefácio de Afrânio Peixoto, 1901) e *A evolução da Bahia* (1926), além das mensagens escritas e discursos proferidos quando governador.

Foi casado com Clementina Muniz de Aragão, com quem teve duas filhas.

Silvia Noronha Sarmento/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 387); ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 596-695); CASTRO, R. *Fundadores* (p.37); *Inventário de Antonio Muniz de Aragão*.(Arquivo do Estado da Bahia, 28/4/2009);SAMPAIO, C. *Partidos* (p.129-181); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 14/10/2005.